

Seção Ordinária
Área 3 – Economia Política, Capitalismo e Socialismo
Sub-área – Teoria do valor

Posição e Desmedida do Valor

Eleutério F. S. Prado
José Paulo Guedes Pinto

Resumo

O objetivo dessa nota vem a ser apresentar a questão do espaço histórico das categorias valor e trabalho abstrato. Isto é feito reinterpretando certos trechos da obra econômica de Marx, em especial *O Capital* e os *Grundrisse*.

Até o aparecimento do modo de produção capitalista, o valor não existia enquanto tal, pois ele não estava posto historicamente. Uma parte dos bens produzidos na antiguidade greco-romana se tornavam mercadorias e eram trocados por meio do dinheiro de modo regular; porém, durante esse período histórico, o valor se encontrava pressuposto. O mesmo continuou ocorrendo em todo período medieval. Para a dialética – é preciso enfatizar –, posição é determinação.

Quando surgiu o capitalismo na época moderna, o valor foi posto objetivamente na realidade social. Pois, só na época moderna se pode pensar com base na categoria de quantidade de trabalho socialmente necessária. Na forma capital, ele se tornou então sujeito do processo mercantil. Entretanto com o desenvolvimento desse modo de produção, ou seja, com o extraordinário aumento da produtividade do trabalho na grande indústria, o valor entra em crise, tornando-se desmedido.

A desmedida do valor explica a possibilidade do dinheiro mundial inconversível, o qual está na base da grande crise do capitalismo, ainda em andamento. Argumenta-se que a desmedida do valor produz intrinsecamente a desmedida do capital, especialmente na forma financeira. Há vários sinais de que o capitalismo está se tornando supérfluo para o desenvolvimento da sociedade. Ao contrário da opinião corrente, o socialismo é hoje uma possibilidade efetiva que está pressuposta no capitalismo contemporâneo, pois este perdeu a sua regulação sistêmica interna e se tornou descontrolado.

Position and De-measure of Value

Abstract

The purpose of this paper is to discuss the question of the historical space of value and abstract labor categories. This is done by reinterpreting certain parts of Marx's economic work, especially the *Grundrisse* and *Capital*.

Until the appearance of the capitalist mode of production, the value did not exist as such because he was not posited historically. A part of the goods produced in the Greco-Roman times became merchandises and were exchanged by means of money on a regular basis; but during all this historical period the value was not posited; it was presupposed. The same occurred throughout the medieval period. For the dialectic – it must be emphasized – position is determination.

When capitalism emerged in modern times, the value was posited objectively in the social reality. Only in modern times one can think with the category of quantity of labor socially necessary. Capital as a social form became the real subject of the economic process. However with the development of this mode of production, ie, with the extraordinary rise in labor productivity brought by large industry, occurred the crisis of value and it became de-measured (according to Hegel's logic, the measure turns out to be de-measure when it became more and more indeterminate).

This de-measure explains the possibility of the world money inconvertible, which underlies the actual great crisis of capitalism, still in progress. It is argued that value de-measure produces intrinsically capital de-measure, especially in its financial forms. There are several signs that capitalism is becoming superfluous for the development of society. Contrary to current opinion, socialism is now a real possibility, something that is presupposed in contemporary capitalism because it has lost its internal systemic regulation and has become uncontrollable.

Posição e Desmedida do Valor¹

Eleutério F. S. Prado²

José Paulo Guedes Pinto³

Introdução

Como se sabe, em *O Capital*, Marx parte da mercadoria como forma elementar da riqueza para apresentar e decifrar a lógica da reprodução do capital. Esta – e não o homem econômico – é, para ele, o fundamento do modo de produção capitalista. A mercadoria é, para ele, forma de relação social que possui duas determinações apreensíveis imediatamente, a saber, valor de uso e valor de troca. Admite-se aqui que Marx, nesse começo, trata da aparência desse modo de produção, ou seja, da circulação de mercadorias – e não de algo pretérito que se costuma denominar, abstratamente, de produção simples de mercadorias.

Enquanto valor de uso, aquilo que aparece como mercadoria é coisa que satisfaz necessidades, diretas ou indiretas, objetivas ou subjetivas, dos seres que vivem em sociedade. Valores de uso de mesma espécie são mensuráveis em unidades próprias; valores de uso de diferentes espécies são incomensuráveis entre si. Ademais, segundo Marx, eles constituem o “conteúdo material da riqueza” em todas as formas sociais que existiram, existem e podem existir. Especificamente na forma social capitalista, entretanto, são também “portadores dos valores de troca”.

De modo imediato, o valor de troca vem a ser simplesmente a proporção quantitativa, altamente inconstante, em que se trocam valores de uso diversos entre si. Se essas grandezas não podem ser derivadas logicamente dos valores de uso já que estes são de diferentes espécies, como explicá-los? Desde logo, é preciso ver que Marx trata os valores de troca como proporções mutáveis postas pelas trocas particulares entre os participantes dos mercados, considerando, entretanto, que dão expressão ao próprio modo de funcionamento anárquico do sistema econômico enquanto tal. Ora, se os valores de troca são grandezas inquietas, as quais flutuam constantemente no tempo e no espaço, as suas oscilações – como foi notado já pelos economistas clássicos – se dão em torno de um valor de troca determinado, o qual permanece implícito para os vendedores e compradores de mercadoria. Sem que o saibam, esse “centro de gravidade”, entretanto, regula os seus comportamentos. É esse valor de troca, considerado por aqueles economistas como natural, que Marx procurou explicar em sua obra, tomando-o desde logo como resultado da lógica própria de funcionamento desse sistema.

Para entender essa explicação, é preciso notar que Marx concebe essa grandeza “natural” acolhendo a lógica hegeliana e, em particular, o que Hegel denominara de

¹ Produção 14-02-2012. Revisão: 27-03-2012.

² Professor aposentado da USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br.

³ Professor da UFRJ. Correio eletrônico: zecopol@yahoo.com.br.

determinação reflexiva.⁴ As categorias centrais necessárias a essa explicação são as de conteúdo/forma e essência/fenômeno. O conteúdo está, para ele, implícito na forma de tal modo que apenas pode ser descoberto analisando a própria forma – a qual, aliás, se apresenta como uma imagem invertida do próprio conteúdo. Considere-se a seguinte equação geral, válida para qualquer mercado capitalista: uma unidade do valor de uso A = b unidades do valor de uso B = c unidades de valor de uso C, etc. O que ela diz para o pensador dialético? É o próprio Marx que responde: ela diz, “primeiro, [que] os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Segundo, porém: [que] o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo dele distinguível” (Marx, 1983, vol. 1.1, p. 46). Ora, isto põe a questão de saber que conteúdo é esse, qual vem a ser a grandeza impar que se expressa nas grandezas dos valores de troca e que deles difere?

Ora, as grandezas em si mesmas de tais valores de troca não seriam, desde logo, melhor explicadas pela escassez relativa, ou seja, pelas quantidades das mercadorias ofertadas diante das quantidades procuradas, presumindo-se um funcionamento regular do sistema? Como mostra o desenvolvimento da obra, Marx não recusa essa “explicação”, mas a considera superficial e insuficiente. Em última análise, ela afirma a existência de valores de troca que equilibram o sistema, mas não explica qualitativa e quantitativa porque eles são o que são. Num contexto econômico muito mais complexo, ele dirá que é fácil compreender os desvios dos preços de mercado em relação aos valores de mercado e que “a verdadeira dificuldade consiste em determinar o que se deve entender por coincidência entre procura e oferta” (Marx, 1983, vol. 3.1, p. 146). Nesse caso, é preciso investigar melhor o que ele denomina aí de valores de mercado. Ora, essa investigação começa com a questão de saber qual vem a ser o conteúdo que se manifesta nos valores de troca e que se expressa sem perturbações em seus montantes de equilíbrio.

Depois de concluir que há algo em comum nos diferentes valores de troca, Marx convém que para descobri-lo é preciso investigar uma questão de medida tal como esta foi exposta em *A ciência da lógica* de Hegel. Aí se mostra que a quantificação em geral de objetos diversos pressupõe a singularização de uma qualidade que lhes seja comum e a redução das quantidades associadas a essa qualidade aos quantos correspondentes (o que requer um padrão de medida). Aquilo que vale em geral vale também no mundo das mercadorias: os valores de troca só se desvelam quando se mostra que eles podem ser reduzidos a uma medida comum e se admite que essa relação de medida exista objetivamente. A qualidade fundadora dessa medida em comum aí não pode ser uma propriedade natural das mercadorias porque estas dizem respeito exclusivamente aos seus valores de uso. E os valores de troca são negações determinadas dos valores de uso: na troca, diz Marx, em princípio, um valor de uso vale exatamente tanto quanto outro qualquer, ainda que cada transação em particular só se realize quando aí se defrontam mercadorias bem determinadas enquanto valores de uso.

Assim, uma conclusão se segue: “deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias” – diz Marx –, “resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho” (Marx, 1983, vol. 1.1, p. 46). Aquilo que funda o valor de

⁴ Para Lukács, a determinação reflexiva é “a mais importante descoberta metodológica de Hegel” (Lukács, 1979, p. 76). Por exemplo, as categorias de essência e fenômeno, não são tomadas por ele como separadas, cada uma em si mesma, mas como estando intimamente relacionadas. Assim, ele eliminou “o abismo que separava, de modo absoluto, o fenômeno da essência”. A essência – explica – não se afigura, para ele, como determinação transcendente. Também não se afigura como mero modo de pensar. Ao contrário, é enxergada por ele como “momento de um complexo dinâmico no qual essência, fenômeno e aparência convertem-se ininterruptamente uns nos outros” (Lukács, 1979, p. 83).

troca das mercadorias vem a ser, pois, o trabalho. Mas de que trabalho se trata? Ora, se na investigação dos valores de troca foi necessário fazer abstração dos valores de uso, na investigação do trabalho que funda os valores de troca é preciso fazer também abstração das qualidades concretas desse trabalho, pois são estas precisamente que fundam os valores de uso. Por exemplo, é o trabalho do pedreiro que faz a casa, uma coisa boa para se morar; é o trabalho do agricultor que produz o arroz, um grão bom para se comer. Nas palavras de Marx:

“Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato” (Marx, 1983, vol. 1.1, p. 47).

Nesse momento, Marx mostra que a abstração dos valores de uso na explicação dos valores de troca implica a necessidade de se considerar uma nova categoria – precisamente, a categoria de valor. “O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca das mercadorias, é, portanto, o seu valor”. Desse modo, o valor de troca, que é uma variável empiricamente observável, vai se tornar expressão necessária ou forma de manifestação do valor, que é uma variável intrínseca e imanente à mercadoria. Para fechar o argumento iniciado nos parágrafos anteriores é preciso, segundo Marx, colocar a forma valor de troca, que é aparente, provisoriamente, entre parênteses, ainda que ela forme junto com o valor um par indissolúvel de determinações reflexivas. Assim se pode examinar o valor em sua pureza, ou seja, como “resíduo” dos produtos do trabalho, aquilo que sobra depois que se eliminou deles tudo o que é concreto e útil. Aqui é preciso deixar que o próprio Marx apresente o valor – o que, devido às dificuldades óbvias, ele faz empregando metáforas imperfeitas que devem ser encaradas com cuidado:

“Consideremos, agora, o resíduo dos produtos do trabalho. Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores – valores que existem nas mercadorias” (Marx, 1983, vol. 1.1, p. 47).

Até esse ponto, Marx apresentou para os seus leitores a substância constitutiva do valor em sua determinação qualitativa, qual seja ela, trabalho humano abstrato, indicando expressamente que se trata de algo imaterial que existe objetivamente. Porém, o valor que se expressa no valor de troca tem também uma determinação quantitativa. Nos dois parágrafos seguintes, ele explica que o trabalho que cria valor é medido pelo tempo ou, mais precisamente, pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

A obra *O Capital* parte da mercadoria e logo chega, ao cabo da primeira seção do capítulo primeiro, ao trabalho abstrato e ao valor – e isto todos os que leram o livro conseguem apreender perfeitamente. Entretanto, as interpretações desses conceitos jamais ganharam unanimidade na tradição marxista. Fausto, que os investigou com rigor, sintetizou as dificuldades que aparecem nessas interpretações em duas questões principais: a de seu teor lógico e a de sua posição histórica (Fausto, 1983).

Teor Lógico

Para Marx, certamente, os conceitos de trabalho abstrato e de valor aplicam-se adequadamente à realidade do capitalismo. Mas, mesmo tendo por referência esse modo de produção, aliás, já plenamente estabelecido em seu tempo pelo menos na Inglaterra, ele vê necessidade de indicar certas qualificações ao uso desses conceitos para se referir às coisas do mundo econômico real.

A primeira qualificação indica que uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É o que se verifica com os bens que não foram produzidos pelo trabalho, como, por exemplo, o ar, o solo virgem, etc. Incluem-se também na categoria das coisas úteis que não portam valor os bens que foram produzidos socialmente em algum momento do passado, sobreviveram ao desgaste devido à passagem do tempo, mas já não podem mais serem reproduzidos na atualidade. O trabalho presente não pode mais produzir – a não ser como produtos falsificados – velhas moedas, estatuas antigas, obras de arte famosas, etc. Tudo isso pode ter valor artístico inestimável, mas não tem qualquer valor econômico na sociedade atual. Pois, este último está intrinsecamente associado ao dispêndio atual de força de trabalho.

Para Marx, todos os bens que se incluem nessa categoria, sejam eles naturais ou artificiais, não são mercadorias regulares, mas podem e costumam adquirir a forma de mercadoria. Assim, mesmo se a terra selvagem ou os quadros de Picasso não se enquadram nas condições burguesas de produção, ainda assim têm preço e são comercializados normalmente. Eis que para “vender uma coisa, é preciso apenas que seja monopolizável e alienável” (Marx, 1983, vol. 3.2, p. 137). Tais preços podem ser determinados por fatores regulares – pela capitalização da renda fundiária no caso da terra nua – ou por fatores excepcionais e/ou circunstanciais – como é o caso das obras de arte antigas.

A segunda qualificação estabelece que coisas úteis que foram produzidas pelo trabalho atual podem não vir a ser mercadoria. É isto o que ocorre com a produção doméstica: “quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não cria mercadoria” (Marx, 1983, vol. 1.1, p. 49). É evidente que as coisas nesse caso, mesmo tendo sido produzidas com esforço humano, também não têm valor. Marx esclarece que, para produzir mercadoria, é preciso produzir valor de uso socialmente necessário, ou seja, que tenha acolhida na esfera da circulação do modo de produção capitalista. Daí decorre que nada pode ter valor e se afirmar como mercadoria se, ao mesmo tempo, não for também um valor de uso. Se a coisa produzida é inútil, é também inútil o trabalho despendido em sua produção.

Os casos considerados até agora são triviais no sentido de que decorrem da exigência de consistência na compreensão do modo capitalista de produção desenvolvida em *O Capital*. Há, porém, uma possibilidade que desafia essa lógica interna porque se remete aos limites desse modo de produção. Essa se configura na situação peculiar em que a coisa origina-se do trabalho atual, é produzida como mercadoria, mas não contém um valor – mesmo se este está ainda fundado na atividade humana social desenvolvida em condições burguesas de produção – que venha a expressar tempo de trabalho socialmente necessário. Nesse caso, o valor não está mais latente, mas também não se poderá dizer que ele exista plenamente.

Para compreendê-la é preciso adiantar a explicação de Marx sobre o duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias, a qual esclarece o que vem a ser o trabalho abstrato em oposição ao trabalho concreto. Assim como foram distinguidos o valor de uso e o valor de troca (forma de manifestação do valor) da mercadoria,

distingue-se, também, correlativamente, o trabalho privado produtor de valor de uso e o trabalho social gerador de valor. O primeiro é trabalho útil, “condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade” (Marx, 1983, vol. 1.1, p. 50); já o segundo é trabalho indistinto, condição de existência exclusiva do modo de produção capitalista. O trabalho concreto é fácil de apreender, pois ele se manifesta fenomenalmente, já o trabalho abstrato requer um esforço de pensamento: “abstraindo-se da determinação da atividade produtiva [particular] e, portanto, do caráter útil do trabalho” – diz Marx –, “resta apenas que ele é um dispêndio de força humana de trabalho” (Marx, 1983, vol. 1.1, p. 51).

Marx faz referência aqui, de algum modo, a um ato de abstração meramente subjetivo? Tal abstração existiria apenas na mente dos indivíduos sociais ou, ao invés, socialmente, mas como realidade intersubjetiva? Como ele fala em complemento em “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos” no processo produtivo, deve-se identificar trabalho abstrato com trabalho em geral que pode ser apreendido só do ponto de vista fisiológico? Note-se preliminarmente que Marx fala também, de modo expresso, em redução, mencionando que se trata de algo real: “essa redução aparece como uma abstração, mas é uma abstração que é praticada diariamente no processo social de produção” (Marx, 1978, p. 137).

Para encaminhar respostas a tais perguntas, é preciso antes de tudo notar que Marx trabalha uma duplicidade em seus textos – e não uma dualidade. Há uma relação intrínseca entre esses dois trabalhos: o trabalho abstrato é negação do trabalho concreto, negação esta que ocorre porque o trabalho privado, mais ou menos complexo, e concreto é reduzido a trabalho social, simples e abstrato. E essa conversão não é uma operação que vai das espécies ao gênero, por conservação das qualidades comuns pertencentes às próprias espécies. Destarte, a generalidade mencionada por Marx não é mais do que um suporte natural objetivo da redução, a qual é produzida socialmente, isto é, emerge (é posta) como tal com base na atividade constante inerente ao processo social de produção. “Para medir os valores de troca das mercadorias pelo tempo de trabalho contido nelas” – ele o diz –, “os diversos trabalhos devem estar reduzidos a trabalho sem diferenças, uniforme, simples” (Marx, 1978, p. 137). A redução, ao contrário da generalização, é uma operação que vai das espécies aos quanta por meio da eliminação das qualidades comuns das espécies, exceto daquela que permite a quantificação. Logo, todas as respostas às questões acima são negativas, pois a abstração de que fala Marx é algo que se dá no meio social, objetivamente, ademais, sem que os participantes do sistema o saibam.

Para Marx, a experiência com aquilo que acontece na fabricação de mercadorias e nos mercados mostra que essa redução ocorre constantemente. Não, entretanto, de um modo imediatamente transparente: “as diferentes proporções, nas quais as diferentes espécies de trabalho são reduzidas a trabalho simples como unidade de medida, são fixadas por meio do processo social por trás das costas dos produtores e lhes parecem, portanto, dadas pela tradição” (Marx, 1983, vol. 1.1, p. 52) – ou alternativamente, poder-se-ia acrescentar, lhes parecem naturais.

Para voltar à questão aberta em parágrafo anterior é preciso notar preliminarmente, com Marx, outro aspecto dessa dualidade. Com referência ao valor de uso – ele o diz –, o trabalho conta apenas qualitativamente; já com referência ao valor, ele conta só quantitativamente. Na geração de valor, opera-se uma redução nos trabalhos concretos e nos tempos concretos de trabalho. E essa redução é operada socialmente pelo funcionamento contraditório e incessante do próprio modo de produção capitalista. O processo social abstrai objetivamente as qualidades dos trabalhos concretos fazendo deles trabalhos qualitativamente homogêneos que só se

diferenciam uns dos outros por meio de sua dimensão quantitativa. E essa formação de valores ocorre ao mesmo tempo em que se dá a formação dos valores de troca – na verdade, os preços – não de um modo independente uma da outra, mas por meio de ação recíproca.

Posto isto, é preciso voltar a mencionar que há certas mercadorias *sui generis* cujo processo de produção desafia essa lógica geral. É o que ocorre com a produção artesanal e artística, a qual subsiste no interior do capitalismo (Guedes Pinto, 2011). Observe-se, de início, que o tempo concreto para produzir qualquer mercadoria dessa espécie não pode ser colocado numa relação significativa com a quantidade produzida, tal como ocorre com as mercadorias em geral. Dito de outro modo, não faz sentido medir a eficácia com que o valor de uso – valor de uso este que recebe a forma mercadoria – pode ser produzido pelo trabalho útil concreto despendido em sua produção. Por exemplo, a produtividade do trabalho não é uma variável relevante na produção de música, de pinturas, de obras de arte em geral. Pois, o trabalho necessário para produzir esse tipo de mercadoria se diferencia dos trabalhos regulares da produção tipicamente capitalista devido a certos fatores qualitativos que são postos durante o tempo de trabalho; nos exemplos citados, os trabalhos considerados acolhem crucialmente certos conteúdos artísticos, os quais são mobilizados de algum modo pela subjetividade do trabalhador. Quando isto ocorre – note-se – o tempo de trabalho concreto não pode ser reduzido a um tempo de trabalho social que se configura como necessário à produção de tais mercadorias. Em consequência, como a redução não pode ser posta pelo processo social, o valor se torna desmedido. O valor de troca desse tipo de mercadoria depende apenas de sua escassez relativa – e da administração dessa escassez pelo próprio produtor da mercadoria –, isto é, de sua disponibilidade frente à demanda (que depende, por sua vez, de circunstâncias fortuitas).

A espécie de produção que foi acima referida é marginal no modo de produção capitalista e, como tal, poderia ser perfeitamente desprezada quando de sua consideração teórica como um todo. Entretanto, ela é aqui ressaltada porque põe uma questão que diz respeito, como já se mencionou, aos limites históricos desse modo de produção. Procurar-se-á mostrar na seção seguinte que o valor (em sentido forte, pleno) enquanto entidade metafísica, enquanto instituição pertencente ao inconsciente social da sociedade moderna, não vigorou sempre – não valeu nos modos de produção anteriores ao capitalismo – e deixará de vigorar no pós-capitalismo. Buscar-se-á mostrar, ademais, que, segundo Marx ainda, ele tende a submergir no próprio interior do capitalismo, o que vem a ocorrer quando este atinge um estágio avançado de desenvolvimento e vai chegando ao seu momento de esgotamento histórico.

Espaço Histórico

É trivial afirmar que, para Marx, nas sociedades em que não há trocas – e nem, portanto, produtos que assumem a forma de mercadorias – também não há valor. Em consequência, não se pode supor que essa categoria possa apontar para algo presente na realidade social dessas formações sociais. Mas o que dizer daquelas sociedades, anteriores ao desenvolvimento do capitalismo, em que há troca mediada por dinheiro e estas assumem aí uma importância substantiva, tal como na Grécia Antiga? Não há dúvida de que, para esse autor, a categoria valor se aplica à realidade do modo de produção moderno, mas se pode duvidar de que, para ele, ela valha também antes do capitalismo, mesmo quando a sociabilidade mercantil está de algum modo presente – ainda que essa negação de validade não possa ser absoluta.

Essa última afirmação qualificada se pode comprovar examinando o que diz em *O Capital* sobre as considerações de Aristóteles sobre a troca, mas propriamente sobre a forma simples de valor.⁵ O Estagirita, segundo ele, chegara a compreender que na relação de valor de suas mercadorias (5 almofadas = 1 casa) observa-se uma igualdade de coisas diferentes, aparentemente incomensuráveis entre si. E que, portanto, a relação de valor só pode expressar uma igualdade qualitativa essencial – não fenomenal. Como ele não atina com o fundamento dessa igualdade, renuncia à investigação, sugerindo tratar-se “somente de um artifício para a necessidade prática” (apud Marx, 1983, vol. 1.1, p. 62). Marx explica, então, a falta de acabamento da argumentação dedutiva de Aristóteles mencionando que ele não pudera fazer essa descoberta já que a sociedade grega “baseava-se no trabalho escravo e tinha, portanto, por base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho”. A insuficiência de seu argumento, portanto, tinha de ser explicada pela própria insuficiência da realidade social: “o segredo da expressão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos (...) somente pode ser decifrado quando o conceito de igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular” (Marx, 1983, vol. 1.1, p. 62).

Todo esse comentário indica fortemente que, para Marx, nas sociedades pré-capitalistas não se formam tempos de trabalho socialmente necessários nos processos produtivos aí ocorrentes. Indica, também, que isto acontece porque os trabalhos não se igualam entre si, não se tornam equivalentes. É preciso ver, porém, que ele não afirma que os trabalhos nessas sociedades não possam ser tomados como iguais, mas sim que eles não são postos e não podem ser postos como iguais no âmbito do próprio processo social. Se no capitalismo se visa privilegiadamente à eficiência da produção, o que pressupõe a equivalência dos trabalhos, no pré-capitalismo se busca sobretudo a excelência dos produtos, o que pressupõe, como afirma Marx explicitamente, a desigualdade das forças de trabalho e dos trabalhos que elas realizam. Diferentemente do que ocorre no capitalismo, a produção nessas sociedades não está dominada pela obsessão para aumentar a produtividade do trabalho.

O que precisamente, então, o preconceito popular mencionado por Marx reflete? Ele reflete ao nível do vivido que no modo de produção capitalista os trabalhos são postos objetivamente como iguais, ou seja, que há um processo social sistêmico de igualação. Reflete, ademais, que essa igualação se apresenta aí como praticamente verdadeira porque os trabalhadores podem, em princípio, passar de um trabalho a outro, já que eles servem, em última análise, ao próprio sistema – e não a determinados senhores.

Quando se compara o caso, antes mencionado, da produção artesanal e artística no interior do capitalismo com a situação agora encontrada nos modos de produção pré-capitalistas, vê-se que um mesmo problema aparece: não prevalece a igualação objetiva dos trabalhos produtores de coisas, as quais eventual ou sistematicamente são levadas aos mercados. No primeiro caso, está-se na presença de uma limitação particular que surge como resquício, de modo excepcional, no interior do capitalismo; no segundo caso, tem-se uma situação restritiva advinda do caráter geral do próprio modo de produção vigente. Sobre toda essa passagem, Fausto explica então que, para Marx, as determinações do valor – trabalho e tempo de trabalho – estão, em ambos os casos, presentes nas mercadorias, mas que o valor enquanto tal não está posto socialmente. Eis que a dialética segundo ele, diferentemente do entendimento, toma a posição como determinação (Fausto, 1983, p. 103-106). Por isso mesmo, aqui é preciso deixá-lo falar:

⁵ Os resultados aqui expostos, especialmente no que se referem à interpretação de Aristóteles por Marx, foram obtidos por Fausto no ensaio *Abstração real e contradição: sobre o trabalho abstrato e o valor* (Fausto, 1983).

“Isso significa que antes do capitalismo o valor não é, mas que ao mesmo tempo ele é. Antes do capitalismo, o valor não é porque não há tempo de trabalho socialmente necessário. Isto significa que o tempo de trabalho constitutivo do valor não é posto na própria produção (não há um tempo social que tenha uma força coercitiva no nível da produção) e que o quantum de valor (ou antes de “valor”) pelo qual as mercadorias são trocadas se constitui no nível das trocas (esse quantum não corresponde a cada tempo individual, mas ele não é senão uma resultante desses tempos individuais”

Endossa-se aqui quase inteiramente esse parágrafo de Fausto, ainda que não de todo, porque ao invés de dizer simplesmente “resultante” na última frase, dir-se-ia “resultante incerta”. Pois, o “valor” estaria lá, mas não atuaria senão de um modo bem circunstancial e bastante frouxo. O “valor”, assim como o preço que o representa, se fixaria implicitamente de um modo pontual, no momento da troca. De qualquer modo, concorda-se com ele quando diz, finalizando a sua argumentação, que “o valor está somente pressuposto (e não posto) – ele é e não é – tanto na realidade da cidade grega como no pensamento de Aristóteles” (Fausto, 1983, p. 114).

Na investigação do espaço histórico do valor, é preciso, agora, passar do pré-capitalismo para o pós-capitalismo, ou melhor, para a fase de transição do capitalismo ao socialismo – tomado aqui como uma possibilidade real. Para tanto, menciona-se de modo preliminar que o valor permanece latente nos modos de produção anteriores para emergir e se afirmar, pouco a pouco, no período da manufatura que vai de meados do século XVI ao terceiro quartel do século XIX. Nesses duzentos, o processo de trabalho e a autonomia do trabalhador no manejo dos instrumentos de trabalho vão sendo subsumidos a um processo de produção cada vez mais parcelado pela divisão do trabalho; ao fim dele, o princípio subjetivo que regulava a atividade produtiva no órgão coletivo de trabalho é substituído pelo princípio objetivo que vem a ser imposto aos trabalhadores pelos sistemas de máquinas. A subsunção formal generalizada do trabalho ao capital, que torna possível a existência da manufatura, é suplementada pela subsunção real, criação da grande indústria. Nesta última, a atuação do trabalhador passa a ser regida e comandada pelo sistema da fábrica, o qual se configura como um grande autômato.

Somente nesse último modo de produção, a grande indústria, cujo período de domínio vai do último quartel do século XIX ao terceiro quartel do século XX, mediante a intensa substituição de homens por máquinas, e mediante a transformação dos trabalhadores em peças de grandes sistemas cientificamente organizados e planejados, o trabalho simples é posto como realidade exemplar no modo de produção capitalista. Somente então, o valor se configura plenamente, já que foram criadas historicamente todas as condições para que o trabalho socialmente necessário se constitua como tal no âmbito do funcionamento do sistema econômico, senão como um todo, pelo menos em seu núcleo desenvolvido. No interior das fábricas, os trabalhadores são objetivamente postos como iguais mediante a conversão sistemática do trabalho particular e complexo em trabalho social e simples. No sistema econômico como um todo, os valores mercantis atuam, sem que os capitalistas o saibam, como forças coercitivas na regulação dos preços de mercado.

É tese fundadora da argumentação aqui levada a efeito que, no último quartel do século XX, surge um novo modo de produção no interior do modo de produção capitalista, o qual tem sido denominado esparsamente de pós-grande indústria. Ora, essa categoria inovadora na apreensão da temporalidade capitalista se baseia na compreensão

das transformações históricas em curso desde então, sob a ótica iluminadora de uma projeção teórica do próprio Marx sobre o próprio desenvolvimento da grande indústria (Prado, 2005).

Nos *Grundrisse* de 1857-1858, sustenta que esse modo de produção vai criar, aos poucos, conforme ele evolue na história, as condições para a deposição do valor como princípio regulador da produção capitalista. Marx diz aí que a criação de valor de uso vai depender cada vez menos do tempo de trabalho concreto, pois este se reduzirá expressivamente, passando progressivamente a depender dos conhecimentos científicos e tecnológicos que são mobilizados durante o tempo de trabalho. Eis que a força produtiva social, ademais de estar objetivada em máquinas e sistemas de máquinas, passará a estar efetivada mais e mais no que ele chama de “intelecto geral”, apenas podendo ser empregada na produção sob os cuidados dos próprios trabalhadores e com o concurso de sua inteligência e criatividade. Assim, a atividade produtiva passará a depender de um novo princípio subjetivo – diferente daquele que imperava na manufatura, pois não estará mais baseado no conhecimento tradicional, mas sim no conhecimento científico e tecnológico que se desenvolve de forma coletiva e descentralizada –, de tal modo que a subsunção real terá de assentar, fundamentalmente, na subordinação intelectual (e ideológica) do trabalho ao capital.

Nessas circunstâncias – e aqui é preciso ter presente a realidade do capitalismo contemporâneo –, a redução dos trabalhos a trabalho simples vai sendo minada, minando-se também, pelos menos nos setores de ponta da produção capitalista hodierna, a formação do tempo de trabalho socialmente necessário. Pois, o princípio da equiparação dos trabalhos, característico sobretudo da grande indústria, tende a deixar de operar objetivamente. É evidente que algo semelhante ao que ocorria de modo excepcional na produção artesanal e artística no interior do capitalismo passa a ocorrer em seus setores avançados tecnologicamente, espalhando-se daí para o sistema como um todo, agora de um modo importante.

“Nessa transformação” – diz Marx – “o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral” (Marx, 2011, p. 588). Em consequência, ele observa em complemento: “tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida” (Marx, 2011, p. 588). Ora, esse processo histórico pode ser compreendido sinteticamente como aquele em que ocorre a desmedida do valor⁶, condição prévia para a sua completa deposição no socialismo do futuro.

Por tudo isso, conclui-se aqui que, se a manufatura é o período da história em que ocorre a emergência plena do valor, em que o valor é posto enquanto tal, o período ainda em aberto da pós-grande indústria é aquele de sua subemergência, ou seja, aquele em que começa a ser e vai sendo deposto. Marx afirma sobre isso que “o roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia, aparece então como fundamento miserável em comparação como o novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria” (Marx, 2011, p. 588). De qualquer modo, em face da natureza anárquica do capitalismo, não se poderia esperar que a temporalidade em

⁶ Chama-se aqui de desmedida do valor a corrupção da medida do valor depois que ele foi posto historicamente. Ela acontece sempre que deixam de existir as condições necessárias – reprodutibilidade da mercadoria e equiparação dos tempos de trabalho – para a formação do tempo de trabalho socialmente necessário. Quando essas condições faltam, a medida se torna mais ou menos indeterminada, perdendo assim a sua relação necessária com os preços. A consideração de que a medida em geral pode ser mais ou menos indeterminada encontra-se na lógica hegeliana (Hegel, 1995, p. 214-219).

que ocorre essa subemergência fosse tranquila. Ao contrário, dever-se-ia admitir desde o início que o derradeiro voo noturno do sistema viria ocorrer em condições de grande turbulência. Ora, o transcurso dos acontecimentos desde os anos 70 do século XX tem mostrado que essa passagem decisiva reserva grandes solavancos para todos os passageiros da nave capitalismo (Brenner, 2006).

Desmedida e crise

Como se sabe, o capitalismo mudou de rumo a partir da crise dos anos 70, com o declínio do keynesianismo e a ascensão do neoliberalismo – que não são meros sistemas de ideias livre-flutuantes, mas sim, também, modos socialmente ancorados de garantir a acumulação de capital – ou seja, modos de desenvolvimento do capitalismo, os quais não deixam de repor sempre, ainda que em outros patamares, as suas relações sociais contraditórias.

McNally (2009) – que produziu uma boa análise do capitalismo neoliberal – classificou em duas grandes correntes as orientações de esquerda que se voltaram à compreensão desse período histórico. Por um lado, um conjunto expressivo de autores procurou explicar as turbulências ocorridas examinando o desenvolvimento estrutural do modo de produção capitalista (Ver, por exemplo, Brenner, 2006; Foster e Magdoff, 2009). Estes buscaram as causas dos desequilíbrios macroeconômicos nos declínios das taxas de lucro e das taxas de crescimento do produto nacional nas economias desenvolvidas, os quais sobrevieram como decorrência do próprio evoluir da acumulação de capital. Por outro, um conjunto igualmente expressivo, para explicar os mesmos fenômenos, concentrou-se na própria gestão macroeconômica do sistema. Estes passaram a explicar as turbulências como mera consequência da explosão ativos ocorrida no período, a qual, por sua vez, fora produzida pela desregulação dos mercados financeiros (por exemplo, Varoufakis, 2011; Galbraith, 2008).

McNally fez a crítica de ambas essas orientações. Essa última porque ignora as tendências imanentes do próprio processo de acumulação do capital, confundindo respostas possíveis a imperativos sistêmicos com iniciativas que parecem decorrer de meras opções de política econômica. Como enxergam os desarranjos, as crises e os males da sociedade como consequências das políticas neoliberais, tendem a advogar algum tipo de retorno à regulação keynesiana dos mercados financeiros. Já aqueles que defendem a tese do “grande declínio” tendem a focar as suas análises nas economias centrais, em especial na economia norte-americana, ignorando as reestruturações globais do capitalismo – tanto nos processos produtivos quanto na divisão internacional do trabalho – que ocorreram nesse período. Em consequência, tornam-se incapazes de observar que o sistema como um todo experimentou uma acentuada recuperação e forte dinamismo da década dos anos 80 até meados dos anos 90 ou pouco mais.

Contrapondo-se a essas teses, McNally sustenta que a análise crítica do sistema tem de encará-lo como economia global nas esferas conjuntas da produção e da circulação do capital. Não pode focar só a economia norte-americana ou mesmo apenas as grandes economias desenvolvidas; não pode, também, tomar o sistema como uma mera soma de algumas economias nacionais importantes. Em suma, tem examiná-lo como totalidade dialética atravessada por contradições; ou seja, como processo global que gera em si e por si próprio o seu desenvolvimento, ou seja, que contém as forças de sua própria geração e corrupção, de sua expansão e do seu declínio. Nesse desiderato, contudo, não se deve esquecer de que a política econômica goza de certa autonomia, mas ela tem de obedecer também os constrangimentos estruturais e históricos. Ademais, não se deve pressupor a “autonomia da finança”, examinando a chamada

financeirização como um processo privilegiado largamente independente do movimento da “economia real”.

Sustenta, nessa perspectiva, que o capitalismo global passou por profundas transformações estruturais e de política econômica a partir dos anos 70, as quais sobrevieram como respostas à crise de superprodução, à perda de dinamismo da acumulação de capital. E que essas transformações devem ser examinadas como resultantes de uma lógica objetiva que não respeita as fronteiras nacionais.

É certo que a política neoliberal minou as organizações sindicais dos trabalhadores, sabotou o chamado estado de bem-estar social, enfraqueceu os estados nacionais especialmente no hemisfério sul, privatizou as empresas estatais e os bens públicos, promoveu a livre circulação de capitais, deslanchou a globalização financeira, etc. Entretanto, a taxa de exploração se elevou não apenas por meio da política econômica, mas também devido ao próprio movimento sistêmico competitivo de que participam os capitais particulares. Ele menciona a introdução de novos sistemas de intensificação do trabalho, apropriação de novos contingentes de mão-de-obra barata e o emprego maciço de novas tecnologias de manipulação da informação.

Em consequência de tudo isso, a taxa de lucro se recuperou na década dos anos 80 e o capitalismo global viu se elevarem as taxas de absorção de trabalho e, assim, o incremento do trabalho não pago e o aumento da massa de lucros. Porém, a partir de 1997, quando ocorre uma crise na economia asiática, inaugura-se um novo período marcado pela superacumulação de capital e pelo aparecimento de bolhas alimentadas pela expansão anárquica do crédito, algo profundamente arraigado na natureza do sistema. Nessa perspectiva, a grande crise de 2008 veio, apenas, culminar esse processo de forma mais estrondosa.

Na perspectiva aqui abraçada, o modo de produção da grande indústria foi sendo substituído, principalmente nos países centrais, devido ao progresso científico e tecnológico, pelo modo de produção pós-grande industrial. Paralelamente, as atividades industriais tradicionais, principalmente aquelas intensivas em trabalho, foram sendo deslocadas para a periferia do sistema, em particular para a Ásia, com grande intensidade. Note-se o que isto representa em termos da divisão internacional do trabalho. As atividades que ainda sofrem a coerção sistêmica do tempo de trabalho social necessário, isto é, do valor, são deslocadas para os países possuidores de força de trabalho abundante, a qual se reproduz a baixo custo frente os padrões internacionais. Já as atividades da pós-grande indústria são mantidas nos países centrais – em especial nos Estados Unidos – porque elas são fonte de poder econômico e não econômico. Isto, por si só, já garante uma assimetria nas trocas internacionais entre os países imperialistas e os países subordinados. Pois, como o valor da mercadoria pós-grande industrial encontra-se desmedido, o seu preço vai depender fortemente do poder de monopólio, o qual é garantido seja pelo próprio conteúdo tecnológico necessário para produzi-las seja pelos direitos de propriedade intelectual e patentes.

Porém, isto não esgota as implicações da desmedida do valor.

Nesse momento da exposição de sua compreensão do desenvolvimento do sistema capitalista global a partir dos anos 70, McNally lança uma tese que merece um aprofundamento conceitual. Ora, ele argumenta que “ao mesmo tempo e interagindo com essas mudanças, ocorreu uma reorganização completa da esfera financeira do capitalismo, e esta foi estimulada por uma metamorfose na forma do dinheiro mundial” (McNally, 2009, p. 406). Ele está se referindo, obviamente, ao abandono do padrão dólar-ouro ocorrido em 1971, assim como ao estímulo decisivo que isto representou para a emergência da globalização financeira. Com o final do Acordo de Bretton Woods, passou-se para o regime das taxas de câmbio flutuantes, o que produziu enorme

incerteza e volatilidade financeira, suscitando a proliferação de novos instrumentos financeiros projetados para repartir o risco no contexto de relações monetárias internacionais instáveis. Tudo isso não só expandiu enormemente o peso da esfera financeira no sistema econômico global, mas veio criar a chamada economia regida pelas finanças, caracterizada pelo ganho financeiro tanto na esfera da movimentação do dinheiro e seus derivados, especulativa ou não, quanto no interior da própria esfera das atividades produtivas e complementares.

Ora, como é possível conceber um dinheiro fictício, isto é, um dinheiro sem valor, se uma das funções do dinheiro é ser medida do valor? Em *O Capital*, o dinheiro não é apresentado como uma forma social impressa em um valor de uso apropriado, o ouro, um suporte da forma que é produzido em condições capitalistas, ou seja, como mercadoria? Como é possível conceber um dinheiro mundial que não seja estritamente dinheiro-mercadoria na perspectiva de Marx? Aqui, no que se segue, discute-se apenas o dinheiro enquanto equivalente geral.

Diante dessas questões, três linhas de respostas afiguram-se notáveis. Uma primeira diz simplesmente que a teoria de Marx se mostra totalmente inválida diante da evidência histórica ou, pelo menos, não aplicável ao capitalismo contemporâneo (Lavoie, 1986). Uma segunda, diferentemente dessa última, afirma a validade objetiva dessa teoria, sustentando que, apesar das aparências em contrário, o dinheiro mundial continua vinculado ao ouro e que essa mercadoria especial responde ainda, em última análise, pela função de medida de valor (Germer, 2001). Uma terceira, querendo ainda manter o poder crítico dessa teoria, afirma que aquilo que funciona como medida de valor não precisa, ele próprio, ter valor, desde que seja aceito como equivalente geral pelos capitalistas. A equivalência geral e, assim, a capacidade de medir valor pode ser atribuída ao dinheiro-papel inconvertível, forçadamente, por meio do poder do Estado (Moseley, 2011).

Aqui se admite que as duas primeiras vertentes de resposta estejam incorretas e que a terceira precisa ser retificada. Note-se, preliminarmente, como já se observou nesse texto, que na Grécia Antiga havia dinheiro cunhado, mas lá o valor ainda não havia sido posto social e historicamente. Isto mostra que nem sempre o dinheiro se apresentou como medida de valor posto na esfera da produção, tal como veio a ocorrer no período histórico em que prevaleceu o modo de produção da grande indústria. Em geral, nos modos de produção pré-capitalistas, o dinheiro exprimia os preços das mercadorias sem refletir um gasto regular de trabalho na esfera da produção – a qual, aliás, podia não estar voltada para o mercado. Como se mencionou anteriormente, nessa situação em que não havia o constrangimento do tempo de trabalho socialmente necessário, o valor enquanto tal só era posto no momento da troca.

Ainda em caráter preliminar, note-se também que a vinculação do dinheiro-papel ao ouro foi rompida diversas vezes na história do capitalismo, mesmo ainda no período em que predominava o modo de produção da grande indústria. E isto foi feito não apenas pelos Estados-nacionais que não tinham reservas em ouro ou não podiam mantê-las, mas pelos próprios países que ocupavam o centro do sistema imperialista e que as tinham. O Estado-nacional, nesses casos, tomava essa medida extrema diante da necessidade de proteger as suas reservas em ouro, frente a situações graves como, por exemplo, guerras. Entretanto, essa ruptura não se mantinha, pois ela entrava em contradição com a funcionalidade básica do dinheiro no capitalismo de grande indústria que é permitir ao processo sistêmico que estabeleça as equivalências das mercadorias. E, por isso, encontrava forte oposição da burguesia e de suas lideranças intelectuais que disputam a orientação da política econômica.

Não há dúvida, pois, que o dinheiro enquanto tal pode assumir a forma de dinheiro-papel. Isto a própria história do sistema o mostra. Não há dúvida, ademais, que a instituição do dinheiro inconvertível no âmbito dos estados nacionais – e, assim, a equivalência geral de todas as mercadorias por seu intermédio – está assentada no poder do Estado. Também é verdade que a instituição do dinheiro mundial de curso forçado, o dólar, está baseada no poder imperial dos Estados Unidos. O suporte material da forma dinheiro, portanto, pode ser imposto administrativa e politicamente, ao invés de surgir espontaneamente do processo social, tal como ocorreu com o ouro nos primórdios do capitalismo, mesmo então, não sem a sanção do Estado.

Porém, é incorreto pensar que o atual dinheiro-mundial funciona ainda como medida de valor do modo como consta em *O Capital*, pois o valor portado por um enorme contingente de mercadorias que saem da produção, principalmente nos países centrais, encontra-se desmedido. A grande indústria está dando lugar à pós-grande indústria principalmente nos países centrais. Nessas circunstâncias, o dinheiro se afirma certamente em suas funções de expressar os preços e, assim, de medir os valores, mas o quantum de valor que se impõe no momento da troca passa a ser posto com a mediação do poder de monopólio dos grandes capitalistas. O dinheiro fictício representa certamente trabalho e mesmo tempo de trabalho, funcionando por meio de uma equivalência implícita com o ouro (Prado, 2012). Essa mudança histórica não suprime o fetiche da mercadoria, mas tira de circulação o fetiche do ouro para substituí-lo na aparência do sistema pelo fetiche do dinheiro-papel. Não suprime, também, a exploração, ainda que a torne mais e mais mistificada.

Um fechamento às questões acima apontadas parece ser que o dinheiro fictício aparece e se afirma quando ocorre, devido ao próprio desenvolvimento do capitalismo, a desmedida do valor⁷. Eis que, como também já foi mostrado, um volume expressivo de mercadorias atualmente produzidas em condições capitalistas, principalmente nos países centrais, não está mais submetida à coerção objetiva do tempo de trabalho socialmente necessário. Sendo assim, uma fração importante da burguesia – principalmente aquela ligada de algum modo aos setores monopolistas que operam nos mercados internacionais – se sente confortável, e por isso apoia, a imposição pelo Estado norte-americano do dinheiro mundial inconvertível. Assim, o interesse particular de um conjunto expressivo de capitalistas, os quais ocupam posições centrais no sistema, torna-se o interesse geral de toda uma nação e mesmo para além dela (não sem oposição, certamente).

Em suma, a expansão desmedida do capital financeiro no capitalismo contemporâneo, mediada pela abolição do dinheiro mundial convertível em ouro, é a contrapartida da desmedida do valor. Manipular o padrão monetário como forma de financiar guerras, rebaixar os salários dos trabalhadores, sustentar a corrupção das elites burguesas, etc. sempre foi um expediente possível e mesmo necessário na história do capitalismo; porém, agora, está-se diante de uma transformação profunda na forma do dinheiro, ou seja, como diz McNally, de uma metamorfose no dinheiro mundial. O dinheiro fictício não é uma ficção teórica, mas uma ficção realmente existente; o dinheiro mundial assume a forma do dólar e se impõe ao mundo como um todo como expressão imediata do poder imperial do Estado norte-americano no campo econômico.

⁷ Para Paulani, a inconvertibilidade do dinheiro mundial é uma consequência lógica da “autonomização das formas sociais” ou “das formas verdadeiramente sociais” (Paulani, 2009; 2011). Aqui, sem tirar o mérito dessa proposta teórica de inspiração hegeliana, é preciso lembrar a tese de Marx, segundo a qual compreender o desenvolvimento da sociedade não consiste em reconhecer aí as determinações do conceito lógico, mas em apreender a lógica específica do objeto específico (Ver Lukács, 2010, p. 77).

Contudo – e mesmo de modo ainda mais importante –, afigura-se como a forma de dinheiro que convém ao capitalismo como totalidade histórica em desenvolvimento.

Ora, a categoria de dinheiro fictício, aparentemente esdrúxula, é aceitável no universo do discurso de Marx porque há nele uma categoria similar, qual seja, a categoria de capital fictício. Porém, mais importante, ela se impõe ao discurso teórico porque se configura como um modo de ser efetivo do dinheiro no atual momento histórico. A transformação do dinheiro mundial é um recurso extremo do qual se vale o imperialismo norte-americano, secundado pelo imperialismo inglês, germânico, francês e japonês, para dar continuidade ao processo de acumulação no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial. Pois, cria as condições para que os capitais ancorados nos países imperialistas escapem de certos limites aí postos historicamente e avancem na exploração, direta ou indireta, da força de trabalho dos países pouco desenvolvidos em termos de capitalismo. A acumulação de capital, assim, cresce globalmente, mesmo se ela perde força nos países desenvolvidos. Nesse processo, subsidiariamente, é também transferido trabalho não pago dos países periféricos para os países centrais. De qualquer modo, a desmedida da acumulação na esfera financeira propriamente dita articula-se de uma maneira complexa com a desmedida da acumulação real, mesmo se não a segue passo a passo (Harman, 2009; Kliman, 2012).

Qual o sentido disso tudo? Foi Žižek, ao concluir um pequeno ensaio crítico do capitalismo contemporâneo, quem forneceu um fechamento adequado para o presente artigo. Eis que ele escreveu o seguinte: “Ao invés de submeter essas tendências à crítica moralizante, dever-se-ia vê-las como sinais de que o sistema capitalista não é mais capaz de se estabilizar de modo autorregulado –, em outras palavras, ele ameaça ficar fora de controle” (Žižek, 2012). Ora, o capitalismo é um modo de produção sujeito a uma regulação sistêmica, um processo não – ou pouco – controlado pelo homem; se mediante o seu próprio desenvolvimento, o capitalismo passa a requerer uma regulação consciente – não para que funcione bem (keynesianismo) – mas para que possa continuar existindo (algo que está sendo forjado nas esferas de governo nacionais e internacionais), é porque ele está apontando para o pós-capitalismo, mesmo se a exploração e a dominação de classe estarão ainda presentes. Contudo, como essa regulação entra em contradição com a liberdade dos capitais, é de se esperar também que venha a se tornar muito mais claro e evidente o que Marx apontou como o caráter anárquico do capitalismo – e sua tendência inerente a crises cada vez mais terríveis.

Referências

- Brenner, Robert – *The economics of global turbulence. The advanced capitalist economies from long boom to long downturn, 1945-2005*. Londres: Verso, 2006.
- Fausto, Ruy – Abstração real e contradição: sobre o trabalho abstrato e o valor. In: *Marx: Lógica e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 89-138.
- Foster, John B. e Magdoff, Fred – Implosão financeira e estagnação: de volta à economia real. In: *Revista da SEP*, 2009, vol. 24, p. 7-40.
- Germer, Klaus – Dinheiro e dinheiro de crédito no capitalismo avançado In: *Ensaio FEE*, 2001, vol. 22 (1), p. 205-228.
- Galbraith, James – *The predator state: how conservatives abandoned the free market and why liberals should do*. New York: The Free Press, 2008.
- Guedes Pinto, José Paulo – *No ritmo do capital. Indústria fonográfica e subsunção do trabalho criativo antes e depois do MP3*. Tese de doutoramento FEA/USP, 2011.
- Harman, Chris – *Zombie capitalism – global crisis and the relevance of Marx*. Chicago, Illinois: Haymarket Books, 2009.
- Hegel, Georg W. F. – *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio – A ciência da lógica*. São Paulo: Loyola, 1995.
- Kliman, Andrew – *The failure of capitalist production – underlying causes of the great recession*. London: Pluto Press, 2012.
- Lavoie, Don – Marx, the quantity theory, and the theory of value. In: *Historical of Political Economy*, vol. 18 (1), p. 155-170.
- Lukács, György – *Ontologia do ser social – A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.
- _____ – *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- Marx, Karl – *Grundrisse – Manuscritos econômicos de 1857-58*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____ – *O Capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Cinco volumes: 1.1; 1.2; 2; 3.1 e 3.2.
- _____ – Para a crítica da Economia Política. In: *Marx, os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- McNally, David – From financial crisis to world-slump: accumulation, financialisation, and the global slowdown. In: *Historical Materialism*, 2009, vol. 17 (2), p. 35-83.
- Moseley, Fred – The determination of the “monetary expression of labor time (MELT)” in the case of non-commodity money. In: *Review of radical political economics*, 2011, vol. 43 (1), p. 95-105.
- Paulani, Leda – Autonomização das formas sociais e crise. In: *Crítica Marxista*, 2009, nº 29, p. 25-31.

_____ – A autonomização das formas verdadeiramente sociais na teoria de Marx: comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. In: *Revista Economia*, 2011, vol.12 (1), p. 49-70.

Prado, Eleutério F. S. – *Desmedida do valor – Crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005.

_____ – Da controvérsia brasileira sobre o dinheiro mundial inconvertível. In: <http://eleuterioprado.wordpress.com>.

Varoufakis, Yanis – *The global Minotaur. America, the true origins of the financial crisis and the future of world economy*. Londres e Nova York: Zed Books, 2011.

Zizek, Slavoj – The revolt of the salaried bourgeoisie. In: *London Review of Books*, vol. 34 (2), jan. 2012, p. 9-10.